

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.158 - DF (2019/0111674-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : DICIONARIO DOS PEIXES COMERCIO DE PESCADOS LTDA  
**ADVOGADO** : FERNANDO PEREIRA ABREU - DF024945  
**AGRAVADO** : L.C PEREIRA DA SILVA  
**OUTRO NOME** : L&S COMERCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA ME  
**ADVOGADO** : PATRICIA REGINA STRÖHER MARMENTINI - DF024555

**DECISÃO**

Trata-se de agravo, interposto pelo DICIONARIO DOS PEIXES COMERCIO DE PESCADOS LTDA, em face de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

*DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE PROTESTO C/C DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. EFICÁCIA DAS NOTAS FISCAIS. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO. ADMINISTRADOR DE FATO. ADOÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA. PRESUNÇÃO DE RECEBIMENTO POR PREPOSTO DA EMPRESA. RESPONSABILIDADE DA PESSOA JURÍDICA PELA DÍVIDA. SENTENÇA MANTIDA.*

- 1. Em decorrência da teoria da aparência, que visa prestigiar comportamentos leais, fundados na confiança legítima e na boa-fé, é válido o negócio jurídico firmado por administrador de fato da pessoa jurídica, ainda que não haja a devida alteração do contrato social e respectivo registro na Junta Comercial.*
- 2. De acordo com a teoria da aparência, presume-se que a pessoa que assinou a nota fiscal seja preposta da empresa em cujo local foi entregue a mercadoria.*
- 3. Por ter o administrador de fato exercido atos de gestão nos limites do objeto social da empresa, a pessoa jurídica é obrigada a responder perante terceiros de boa-fé pela aquisição de mercadorias e serviços, nos termos do art. 47 do Código Civil.*
- 4. Apelação conhecida, mas não provida. Unânime. (e-STJ, fls. 238-239)*

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a agravante aponta violação aos arts. 1022 do NCPC, 47 e 1022 do CC/02, sustentando, em síntese, além de negativa de prestação

jurisdicional, a ausência de responsabilidade da recorrente pela obrigação do débito em comento, porquanto oriundo de fraude, visto que o negócio jurídico celebrado não foi praticado por sócio da empresa, mas sim, por fraudador.

É o relatório.

Decido.

O recurso não procede.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 1022 do NCPC, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Além disso, quanto à responsabilidade da insurgente pelo débito em discussão, concluiu a Corte de origem:

*Nas razões recursais, o Apelante sustenta, em síntese, que é inaplicável a teoria da aparência, pois o negócio jurídico não foi realizado por seu representante e não houve entrega dos equipamentos no seu estabelecimento comercial, o que impõe a declaração de inexistência do débito.*

*Contudo, razão não lhe assiste, primeiro porque o próprio Apelante admite, na réplica, que alienou ao Sr. Ricardo as cotas sociais da empresa autora (fl. 137), que, por sua vez, não pagou as prestações ajustadas e os aluguéis da empresa, não efetuou a alteração contratual e descuidou da conservação do estabelecimento comercial (fl. 138).*

*Em relação à legitimidade do Sr. Ricardo para contrair obrigações em nome da empresa autora, acrescento às minhas razões de decidir trechos da fundamentação da r. sentença, in verbis:*

*[...]*

*Sobressai dos autos, portanto, que o Sr. Ricardo atuou como*

*representante da empresa autora, pois, com a cessão total das cotas sociais admitida pelo próprio Apelante, ele pôde exercer, de fato, a administração no período de janeiro a junho de 2014.*

*Acrescente-se que foi nesse período que a empresa autora, sob administração de fato do Sr. Ricardo, adquiriu os produtos e serviços de refrigeração questionados, os quais foram entregues no endereço da empresa autora e recebidos por aparente proposto da empresa, conforme demonstram as assinaturas lançadas nas notas fiscais de fls. 24-25.*

*Diante dessas circunstâncias fáticas, é aplicável na espécie a teoria da aparência, que visa prestigiar comportamentos leais, fundados na confiança legítima e na boa-fé objetiva, de modo que são válidos e eficazes em relação ao terceiro de boa-fé os atos exercidos pelo administrador de fato, ainda que não haja a devida alteração do contrato social e respectivo registro na Junta Comercial.*

*[...]*

*Assim, de acordo com a teoria da aparência, presume-se que a pessoa que assinou as notas fiscais seja preposta da empresa que adquiriu as mercadorias.*

*Nesse contexto, não prosperam as teses de que o negócio jurídico não foi realizado por administrador da empresa autora e de que as mercadorias não lhe foram entregues.*

*Ademais, não ocorre fraude e/ou excesso de poder do administrador, a ensejar a anulação do negócio jurídico questionado e sua responsabilização, na forma do parágrafo único do art. 1.015 e do art. 1.016 do Código Civil<sup>1</sup>, pois a aquisição de equipamentos de refrigeração está relacionada com o objeto social da empresa que comercializa pescados.*

*Assim, por ter o administrador de fato exercido atos de gestão nos limites do objeto social da empresa, a pessoa jurídica é obrigada a responder perante terceiros de boa-fé, nos termos do art. 47 do Código Civil.*

*Sob esse aspecto, o fato de o representante da empresa R & S Agronegócios ter solicitado o orçamento de fls. 114-116 não é suficiente para demonstrar a ocorrência de fraude, porquanto não consta dos autos provas de que tenha auferido alguma vantagem indevida com essas negociações, de modo que se pode afirmar que assim o fez por determinação do Sr. Ricardo, conforme alegado pelo Apelado na contestação (fl. 107) e demonstrado nos e-mails de fls. 115-116 e notas fiscais de fls. 24-25, direcionadas à empresa autora.*

*Por fim, demonstrado que o administrador de fato da empresa autora assumiu obrigações com terceiro de boa-fé, não se vislumbra qualquer violação ao disposto no art. 1.022 do Código*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Civil.*

Nesse contexto, a modificação de tais entendimentos lançados no v. acórdão recorrido, nos moldes em que ora postulado, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável na sede estreita do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à parte recorrida de 17% sobre o valor da causa para 18% sobre o respectivo valor.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO  
Relator